

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

RELATÓRIO: TEMA II – Desenvolvimento Econômico e Social da Faixa de Fronteira.

1º PAINEL

Realizado no dia 9 de agosto de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011-CREPAFF, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, o 1º Painel do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema “desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras”. Estiveram presentes à reunião os seguintes convidados:

1. **Sra. Ana Maria Oliveira de Souza** – Coordenadora de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;
2. **Sr. Oduval Lobato Neto** – Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais – Banco da Amazônia S/A;
3. **Sra. Cláudia Cybelle Freire** – Coordenadora de Programas Macro Regionais do Ministério da Integração Nacional;
4. **Sr. Antônio José Alves Júnior** – Chefe do Departamento de Relações com o Governo do Gabinete da Presidência do BNDES;

5. **Sr. Wagner de Siqueira Pinto** – Gerente Executivo da Unidade de Desenvolvimento Sustentável – Banco do Brasil;
6. **Sra. Maria Leticia de Paula Macedo** – Gerente Nacional de Estratégia de Relacionamento Internacional da Caixa Econômica Federal.

A **Sra. Ana Maria Oliveira de Souza** explicou que a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA desenvolve um programa de interiorização do desenvolvimento desde 1997. Por este programa, a receita arrecadada com a Taxa de Serviços Administrativos é reinvestida em projetos de produção, infraestrutura, promoção e turismo e capital intelectual nos municípios nos quais a superintendência atua. A expositora destacou que 93 dos municípios beneficiados estão localizados na faixa de fronteira.

De acordo com ela, no entanto, contingenciamentos orçamentários fazem com que nem todos os recursos arrecadados sejam aplicados. Desde 2008, informou, os únicos recursos disponíveis foram os de emendas parlamentares.

Em seguida, revelou que 207 projetos não puderam ser realizados por falta de financiamento nos últimos dois anos, projetos que beneficiariam até 50 mil famílias. Informando que as previsões apontam para um percentual de liberação de recursos abaixo do total arrecadado pela SUFRAMA, a convidada expressou preocupação com a não realização de importantes projetos para a região.

O **Sr. Oduval Lobato Neto** iniciou apontando que o Banco da Amazônia opera em todos os nove estados da Amazônia Legal, onde é responsável por mais de 72% do crédito de fomento. Suas operações de crédito são

direcionadas principalmente para a agricultura familiar e para as microempresas. Os recursos estimados para 2011 somam R\$ 6,9 bilhões, e provém de fontes diversificadas, sendo o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte a principal delas.

O banco participa de programas do governo federal como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e o Programa Amazônia Sustentável. Calcula-se que a atividade do Banco da Amazônia já atenderam mais de 78 mil famílias desde 2004. Dentre as iniciativas da instituição, o palestrante destacou o FNO-Itinerante, que busca, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, dar maior inserção econômica aos municípios de menor renda.

Por fim, o palestrante enumerou desafios identificados pelo banco na busca de desenvolvimento econômico, como: melhorar o nível de organização dos produtores, consolidando-se a cultura do cooperativismo; proporcionar a titularidade das terras; ampliar e melhorar a oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural; melhorar as infraestruturas econômica, social e logística e viabilizar os licenciamentos ambientais.

De início, a **Sra. Cláudia Cybelle Freire** explicou que a faixa de fronteira é considerada um dos "endereço da pobreza" no país e é tratada como área prioritária pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. Diante disso, o Ministério da Integração Nacional desenvolve programa de desenvolvimento exclusivo para os 588 municípios da região.

O programa investe cerca de R\$ 300 milhões por ano na faixa de fronteira, sendo que 97% dos recursos do programa advém de emendas parlamentares. Quanto à forma de aplicação desses recursos, a palestrante destacou ações como estudos para melhor compreensão da faixa de fronteira e

entendimento com parlamentares para melhor adequar os investimentos à política do Governo Federal para o território. Enfatizou também a importância da integração de esforços com os países vizinhos e de ações concertadas da União, dos Estados e dos Municípios.

O **Sr. Antônio José Alves Júnior** começou explicando que o BNDES não tem programa específico para a faixa de fronteira, a redução das desigualdades sociais e regionais é parte da missão do banco e integra os valores promovidos pela instituição. Segundo ele, o BNDES desenvolve há algum tempo uma política regional, já bastante robusta, que inclui microrregiões na faixa de fronteira, já há resultados expressivos e o banco está pronto para aumentar sua colaboração.

O **Sr. Wagner de Siqueira Pinto** adiantou que iria tratar do tema pelo detalhamento da estratégia negocial de desenvolvimento regional sustentável. Definiu esta como uma atuação negocial do banco que pretende fomentar atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas. A lógica da estratégia é identificar vocações produtivas nas comunidades em que o banco atua e, mediante articulação com a sociedade, fortalecer essa cadeia produtiva.

O convidado informou que a aplicação dessa nova estratégia já beneficiou mais de um milhão de pessoas. Relatou que a experiência do Banco do Brasil com a estratégia aponta que seu uso implica numa redução dos índices de inadimplência dos contratos.

Além do desenvolvimento regional sustentável, o expositor mencionou também uma parceria com o Exército brasileiro para instalação de 14 postos de atendimento para atender militares e cidadãos nas fronteiras de Venezuela, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.

A **Sra. Maria Leticia de Paula Macedo** afirmou que não existe um programa específico da Caixa para a faixa de fronteira, a própria natureza da instituição, que combina elementos de bancos comerciais e sociais, influi no direcionamento de ações para essa região.

De acordo com a expositora, a permeabilidade atual do banco, presente em todos os municípios do país, permite suprir serviços de crédito, inclusão bancária, habitação e saneamento, transferência de benefícios, gestão de fundos e loterias por meio de unidades bancárias móveis, montadas em embarcações ou veículos terrestres, e de correspondentes bancários. Sobre os correspondentes bancários, disse que, além de resultarem na inclusão bancária das populações remotas, essas unidades promovem o desenvolvimento das economias locais. Esse longo alcance dos serviços oferecidos beneficia as regiões de fronteira mais isoladas.

Mencionou ainda outras ações do banco com impacto nas regiões fronteiriças, como: cooperação internacional com foco no cone sul; ampliação do relacionamento com os países de fronteira e apoio de arranjos produtivos locais nas áreas de fronteira.

2º PAINEL

Realizado no dia 16 de agosto de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o 2º Painel do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema “desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras” contou com a presença dos seguintes convidados:

1. **Sr. Roberto de Medeiros Dantas** – Gerente do Programa Calha Norte; e

2. Sr. Herlon Goelzer de Almeida – Assistente do Diretor Geral Brasileiro da Itaipu Binacional.

O **Sr. Roberto de Medeiros Dantas** inicialmente apresentou o programa Calha Norte, existente desde 1985 e hoje vinculado ao Ministério da Defesa. Sua área de atuação abrange 194 municípios em seis estados por toda a faixa de fronteira da Região Norte.

O palestrante explicou que a missão do programa é trabalhar o binômio indissociável desenvolvimento-segurança, fundado no entendimento de que não há país soberano que não seja desenvolvido e, ao mesmo tempo, não há país desenvolvido que não seja seguro.

Para cumprir esse propósito, o programa possui quatro ações na vertente militar e uma ação na vertente desenvolvimento.

As quatro ações voltadas para a manutenção da soberania e da integridade territorial são: a construção e a manutenção da infraestrutura de todas as unidades militares da região; a manutenção dos aeródromos instalados nos pelotões especiais de fronteira; a adequação de embarcações para controle e segurança da navegação fluvial e a adequação da infraestrutura nos pelotões especiais de fronteira.

A ação voltada ao desenvolvimento regional consiste na implantação de infraestrutura básica nos municípios da área de atuação do programa. Os projetos desta ação são custeados por emendas parlamentares.

Analisando dados orçamentários do programa, o convidado destacou uma discrepância no financiamento das duas vertentes. A lei orçamentária de 2011 destina 416 milhões de reais à vertente civil do programa, mas apenas 68 milhões às ações da vertente militar.

Lembrando que o programa custeia todas as unidades militares das três forças na região, o Sr. Roberto asseverou haver uma deficiência de recursos para as ações da vertente militar.

O palestrante revelou ainda que o programa Calha Norte possui elevada credibilidade junto aos parlamentares, em razão do alto nível de aproveitamento dos recursos de emendas. Além disso, a infraestrutura e a logística militares permitem ao programa chegar a lugares inacessíveis para os demais órgãos estatais.

Em conclusão, destacou que o Calha Norte transcende, em muito, o aspecto militar, é um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social e cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região.

O **Sr. Herlon Goelzer de Almeida** disse que a Itaipu Binacional adotou novo conceito de desenvolvimento a partir de 2003. Por este, todas as ações da empresa têm que ter sustentabilidade, e as áreas do entorno da usina passam a também fazer parte de sua atenção.

Ainda dentro dessa nova visão, o palestrante afirmou acreditar que o fortalecimento do tecido social da faixa de fronteira contribui para a promoção da soberania brasileira.

Em seguida, citou exemplos de ações desenvolvidas pela Itaipu Binacional nas áreas da saúde, educação, meio ambiente e tecnologia. Ações como distribuição de bolsas escolares, apoio à construção de universidades e recuperação de matas ciliares.

O palestrante destacou que a empresa busca coordenar suas atividades com as dos municípios da faixa de fronteira e as dos governos locais do Paraguai e da Argentina.

Por fim, revelou estar bastante otimista quanto ao desenvolvimento da faixa de fronteira após a instituição, em 2010, da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF.

3º PAINEL

Realizado no dia 23 de agosto de 2011, pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, o 3º Painel do ciclo de audiência públicas destinado a debater o tema “desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteiras” ouviu os seguintes convidados:

1. **Ministro João Luiz Pereira Pinto** – Diretor do Departamento da América do Sul-I do Ministério das Relações Exteriores; e

2. **Dr. Paulo de Tarso** – Coordenador Geral de Urgência e Emergência da Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

O **Ministro João Luiz Pereira Pinto** abriu sua exposição explicando que o Itamaraty tem duas responsabilidades com relação às fronteiras. A primeira é a caracterização da fronteira, com a manutenção e colocação de marcos em conjunto com autoridades dos países limítrofes. A outra é a coordenação e a cooperação com esses países nas demais ações na região.

O palestrante notou uma mudança de perspectiva sobre o assunto. Antes, as fronteiras eram onde terminavam o Brasil, hoje, são onde começa a integração. Isso se deve ao aumento da população e das atividades na área, o que tem levado a um aumento na interação com países vizinhos.

Sobre a relevância da faixa de fronteira, destacou que, se fosse um país, seria o terceiro maior da América do Sul e o décimo do mundo em território, e sua população seria maior do que a do Paraguai.

Sobre a importância da coordenação e da cooperação com países vizinhos, argumentou que “as fronteiras são barreiras psicológicas para as pessoas, mas não são barreiras para os efeitos que essas pessoas provocam”. E, para ilustrar, citou o exemplo da vacinação contra febre aftosa, cujo sucesso depende de atuação conjunta nos dois lados da fronteira.

Disse também que todos os países vizinhos têm demandado maior cooperação brasileira para melhorar a situação das populações fronteiriças.

Como ferramentas usadas pelo Itamaraty para a coordenação na área, mencionou os comitês de fronteira, mais comuns nas regiões Sul e Sudeste, onde há uma população maior em ambos os lados da fronteira; os mecanismos de coordenação de alto nível, que têm como propósito manter o alto escalão

das chancelarias informados sobre a situação dessas áreas; e os acordos específicos, que permitem às populações de determinadas áreas o acesso transfronteiriço aos serviços de saúde e de educação e ao mercado de trabalho.

O convidado revelou ter sido detectada falta de comunicação entre o Governo brasileiro e as populações fronteiriças. Essas não recorrem, por desconhecimento, a benefícios de acordos específicos em vigor. E o Governo não possui conhecimento suficiente das necessidades reais dessas populações.

Quanto a esse problema, mencionou que o Itamaraty está elaborando o cenário atual da fronteira com Argentina e Uruguai em colaboração com o governo desses países. Esse diagnóstico, informou, será distribuído aos integrantes da Comissão Permanente para Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

O **Dr. Paulo de Tarso** tratou, em sua palestra, do Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS-Fronteiras), um projeto do Ministério da Saúde iniciado em 2009 para a integração de ações e serviços de saúde na área da fronteira.

O palestrante explicou que a 1ª etapa do projeto, já em fase de conclusão, realizou um levantamento da situação da saúde e das necessidades de cada um dos 121 municípios abrangidos. Esse diagnóstico resultou no investimento de 4,5 milhões de reais em material e gestão nos serviços de saúde desses municípios. Disse que as respostas das secretarias municipais de saúde ao projeto têm sido bastante positivas.

Segundo o convidado, os problemas mais comuns detectados durante esse levantamento foram: o exercício ilegal de profissionais de saúde estrangeiros; a inexistência de ações conjuntas no combate à malária, dengue,

leishmaniose, hanseníase e tuberculose e, por fim, a dificuldade de atendimento aos estrangeiros e aos brasileiros que moram nos países vizinhos.

Em conclusão, o palestrante revelou que o projeto passa agora para a 2ª etapa, que implementará ações conjuntas de atenção à saúde de maneira integral para a região de fronteira brasileira.